

O REFLEXO DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS GOVERNAMENTAIS NA ALIMENTAÇÃO E RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS DAS FAMÍLIAS PAULISTAS NO PERÍODO PANDÉMICO

BÁRBARA ISADORA DA SILVA VIEIRA¹
KAUÃ DE CARLO MASUTTI²
TAINÁ VITORIA MARQUES³
FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS⁴

RESUMO

Este artigo tem o propósito de entender as percepções dos paulistas a respeito dos auxílios governamentais oferecidos no período pandêmico. Em busca de compreender esse cenário, este estudo coletou informações provenientes de artigos acadêmicos e obteve uma amostra de respostas a partir da elaboração de um questionário aplicada a 105 paulistas, os quais formalizaram suas percepções sobre os auxílios. Os resultados constatam que, em sua maioria, as pessoas acreditam que os subsídios têm impacto na redução das desigualdades, porém não é suficiente para gerir as finanças. Os dados coletados são importantes para auxiliar na avaliação dos impactos dessa medida, de modo que a revisão desse subsídio seja primordial.

Palavras-chave: Auxílios governamentais. Economia. Pandemia. Impactos. Paulistas.

¹ Graduada em Tecnologia em Gestão Financeira Faculdade de Tecnologia Prefeito Hirant Sanazar (Fatec-Osasco), São Paulo - Brasil. E-mail: barbara.isadora_s_v@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1701-0034>

² Graduado em Tecnologia em Gestão Financeira, Faculdade de Tecnologia Prefeito Hirant Sanazar (Fatec-Osasco), São Paulo - Brasil. E-mail: masutinho@gmail.com .Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4760-3687>

³ Graduada em Tecnologia em Gestão Financeira, Faculdade de Tecnologia Prefeito Hirant Sanazar (Fatec-Osasco), São Paulo - Brasil. E-mail: tainav.marques13@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5985-5283>

⁴ Doutor em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Faculdade de Tecnologia Prefeito Hirant Sanazar (Fatec-Osasco), São Paulo - Brasil, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1716-2802>. E-mail: fernando@fernandoasantos.com.br.

THE REFLECTION OF GOVERNMENT FINANCIAL AID ON FOOD AND FINANCIAL RESPONSIBILITIES OF SÃO PAULO FAMILIES IN THE PANDEMIC PERIOD

ABSTRACT

This article aims to understand the perceptions of São Paulo residents regarding government aid offered during the pandemic period. In an attempt to understand this scenario, this study collected information from academic articles and obtained a sample of responses from the preparation of a questionnaire applied to 105 people from São Paulo, who formalized their perceptions about the aid. The results found that, for the most part, people believe that subsidies have an impact on reducing inequalities, but they are not sufficient to manage finances. The data collected is important to assist in evaluating the results of this measure, so the review of this subsidy is essential.

Keywords: Government Aid. Economy. Pandemic. Impacts. São Paulo Citizens.

1 Introdução

Com início em 2020, a pandemia do Coronavírus gerou reflexos negativos na economia mundial. De acordo com o Portal de Notícias G1, os reflexos são evidentes, o Brasil apresentou a maior taxa de desemprego desde 2012, com a média de 13,5% no ano de 2020, o que afetou, principalmente, os setores mais vulneráveis da população.

Como assegurado na Constituição Federal de 1988, o Estado tem o dever de garantir a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, da CF/88), como por exemplo, o direito à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, entre outros.

As oscilações econômicas do país resultaram nas constantes alterações de preço da cesta básica, impactados pela inflação (Nuzzi, 2022). Dados obtidos em pesquisa realizada pelo G1 (2020), 73% dos 4 mil entrevistados declararam dificuldades para realizar os pagamentos das contas básicas, como luz e água.

Com o intuito de sustentar os direitos da população, o governo brasileiro realizou a implantação de auxílios financeiros – programas de transferência de renda destinados a famílias que se encontram em situações mais precárias – para subsidiar o cumprimento de suas responsabilidades financeiras a partir desta “renda extra” concedida. Diante disso, questiona-se: qual é o ponto de vista da população sobre o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil na alimentação e nas responsabilidades financeiras das famílias?

O objetivo do artigo consiste em identificar a visão da população paulista sobre os auxílios citados no período pandêmico no estado de São Paulo.

O trabalho, por não ter uma amostra probabilística, tem caráter exploratório e busca uma reflexão sobre a temática considerada relevante para diversas famílias do estado.

2 Programas de Auxílios Governamentais

A União tem o dever de assegurar os direitos básicos da população, conforme definido na Constituição Federal. Há estudiosos que classificam esse dever como “Mínimo Existencial”, como Salomão Filho (2016, p. 105-110):

O mínimo existencial não trata apenas de garantir ao ser humano um “mínimo vital”, mas um mínimo de qualidade vida, o qual lhe permita viver com dignidade, tendo a oportunidade de exercer a sua liberdade no plano individual (perante si mesmo) e social (perante a comunidade onde se encontra inserido).

Para garantir esses direitos, durante um período, o Governo implementou diversas iniciativas para combater a pobreza e reduzir as desigualdades, além de promover a inclusão social. Esses, por sua vez, são fundamentais para o aumento da qualidade de vida e para o acesso a direitos básicos dos cidadãos, como saúde, educação e moradia (CNN Brasil, 2023).

O primeiro indício de desenvolvimento de programas para benefícios sociais ocorreu em 1992 com o Programa de Garantia de Renda Mínima, proveniente de um projeto de caráter global: Renda Básica Universal. Essa proposta visava garantir a todos os cidadãos ou residentes de um país um valor regular e suficiente para atender às necessidades básicas, independentemente de sua condição socioeconômica (Lavinas; Versano, 1987).

Já em 2003, foi desenvolvido um dos maiores programas de benefícios sociais no Brasil, o Bolsa Família que, em seus primeiros anos, alcançou mais de 11 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social (CNN Brasil, 2023).

Em decorrência da pandemia do Coronavírus, em 2020, foi criado o Auxílio Emergencial, com o objetivo de auxiliar financeiramente os trabalhadores informais, desempregados, autônomos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade econômica afetadas pelos efeitos da crise (Brasil, 2023).

Prevendo a unificação de todos os programas de renda existentes até o momento e a substituição do Bolsa Família, o Governo desenvolveu, em 2021, o Auxílio Brasil. Esse programa prevê um conjunto de benefícios que englobam diferentes áreas, como saúde, educação, alimentação e inclusão produtiva. Além disso, busca promover a autonomia das famílias, estimulando a inclusão social e a melhoria das condições de vida.

3 Impactos Financeiros dos Auxílios Governamentais Implementados na Pandemia

Os auxílios implementados no período pandêmico tinham como objetivo mitigar os efeitos da crise. Como decretado pela União,

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (Governo Brasileiro, 2020).

Para a percepção do cenário da situação econômica em que o país se encontrava em 2019, sabe-se que enfrentava uma série de adaptações devido às variações provocadas pelas instabilidades políticas, aumento das taxas de juros na balança comercial mundial e o desemprego “resistente”, que se manteve acima de 11% (Globo, 2019).

Com a chegada da pandemia, vários setores foram impactados negativamente, aumentando assim o desemprego, o custo para aquisição de itens básicos para higiene e alimentação, além de inflar outras contas como aluguel, água e luz (Machado, 2022). Dados divulgados pela Exame/Ideia indicam que 59% dos entrevistados afirmaram que o custo de vida durante a pandemia aumentou. Esse aumento é decorrente de itens da cesta básica, que subiram cerca de 20% (Oliveira, 2023). Vale ainda destacar que, além das altas dos preços nos itens de cesta básica, outro fator que elevou o custo de vida durante a pandemia estava relacionado às reduções nos salários, ou até mesmo, daqueles que perderam os empregos (Toxicologia Pardini: Forense e Ocupacional, 2023).

Em 2020, o Brasil implementou o Auxílio Emergencial, que impactou positivo na vida de milhões de brasileiros. O investimento do Governo Federal já ultrapassa os R\$ 148 bilhões, creditados para mais de 66 milhões de pessoas. Dos 67 milhões de elegíveis, 19,2 milhões são aprovados via Bolsa Família, 10,5 milhões pelo Cadastro

Único e 37,2 milhões por meio de *site* ou aplicativo. Ao todo, são mais de 126,2 milhões de pessoas beneficiadas direta ou indiretamente, levando em conta os contemplados e seus familiares. Esse número representa mais da metade da população brasileira (Brasil, 2023).

O programa pagou cinco parcelas mensais de R\$ 600 entre abril e agosto de 2020 e quatro parcelas de R\$ 300 entre setembro e dezembro (Roubicek, 2021). A maior discussão entorno desse benefício refere-se ao impacto provocado, isto é, se efetivamente atendeu as necessidades da população. Em resposta ao questionamento referente ao cumprimento do objetivo, Guilherme Melo (2023), professor do Instituto de Economia da Unicamp, destacou que:

Em comparação com o que seria sem nenhum benefício, o auxílio com certeza dá uma segurada na tendência de alta que esses indicadores vêm apresentando nos primeiros meses de 2021. Mas se, no futuro, compararmos maio de 2021 com maio de 2020 – quando o auxílio era R\$ 600 –, veremos provavelmente uma diferença profunda na pobreza e na desigualdade. É preciso comparar o efeito do auxílio de R\$ 600 com o efeito do auxílio de, na média, R\$ 250. Garanto que o impacto dos R\$250 nos indicadores de desigualdade e pobreza será bem menor. (Nexo, 2023)

Vale destacar para além dos fatores sociais, os aspectos econômicos. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da FEA-USP, estima-se que, sem o auxílio emergencial, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teria registrado uma queda entre 8,4% e 14,8% em 2020, o que seria significativamente pior do que a contração de 4,1% de fato observada. Isso ressalta a importância do auxílio emergencial em mitigar os efeitos de uma recessão que já alcançou proporções históricas.

4 Situação Financeira dos Paulistas no Período Pandêmico

A cidade de São Paulo é uma das maiores do Brasil, em 2021, o estado já contava com uma estimativa de 46.649.132 de habitantes (IBGE, 2023). Por essas razões demográficas, o estado de São Paulo foi um dos mais afetados pela Covid-19 computando cerca de 6.618.980 habitantes infectados, com uma taxa de letalidade de

2,7%. Por conseguinte, o estado obteve grande crescimento nos números de vacinação durante e após o período pandêmico, atualmente consta 91,77% de sua população vacinados com a 1ª dose (Portal G1, 2023).

Em 2020, ano de início da pandemia, a taxa de desemprego no estado de São Paulo teve um aumento de 3,2% comparado com 2019, o que acarretou uma crise econômica e financeira para os paulistas e residentes no estado. No período pandêmico, a inflação apresentou alta de 21,5% para tentar contornar a crise enfrentada, gerando aumentos de 48,3% no custo da cesta básica, de R\$482,40 em 2019 para R\$715,65 em 2022 (Notícias R7, 2022).

Acompanhado pelo desemprego, a chegada do vírus no país fez com que muitas empresas quebrassem e, consequentemente, passassem a não exercer a possibilidade de雇用 mais pessoas, além de trazerem à realidade a incerteza de faturamentos, anteriormente classificados como estáveis (Moraes Jr. Advogados, 2023). Segundo a advogada Cybelle Guedes Campos (2020): “A falta de capital de giro unida ao momento de instabilidade entre restrições e afrouxamento das decisões restritivas impacta principalmente as pequenas e médias empresas, que se veem vulneráveis em um cenário de tantas incertezas”.

Conforme pesquisa feita pelo Serasa e Blend New Research, os gastos com a alimentação tornaram-se um dos motivos de endividamento, registrando um aumento de 6% em 2020, comparado com 2018. Além do endividamento com a alimentação, também se destacaram alguns outros itens básicos de moradia: contas de telefone, luz, celular, água e aluguel (Globo, 2020).

Notavelmente, o aumento do custo de vida não foi acompanhado pelo aumento de renda da população majoritariamente afetada. O salário-mínimo no ano de 2020 era de R\$1.045,00, subindo para R\$1.100,00 em 2021 (5,26%) e, posteriormente, para R\$1.212,00 em 2022 (10,18%).

Pode-se notar que a pandemia afetou negativamente a vida financeira dos paulistas. Informações do Instituto do Paraná apontam que 63% das famílias residentes no estado de São Paulo demonstraram piora em sua situação econômica.

5 Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste artigo é de natureza exploratória. Segundo Marconi e Lakatos (2003), pesquisas de caráter exploratório têm o objetivo de formular questionamentos que aproximem o pesquisador do cenário analisado. São utilizadas para análises empíricas ou para análises de dados e, normalmente, retorna resultados quantitativos ou qualitativos do objeto analisado. Uma pesquisa exploratória pode se dar em meio de entrevistas, observações e análises de conteúdo.

Neste contexto, houve uma análise dos dados divulgados por grandes empresas de comunicação como a Globo e a CNN, os dados esses disponibilizados pelo Estado. Esses materiais servirão como base teórica sólida para a pesquisa, proporcionando *insights* valiosos sobre o assunto em questão.

Em complemento, houve um estudo de campo por meio de uma entrevista de caráter quantitativo, visando capturar perspectivas diretas do público-alvo subsidiado ou não sobre os programas do governo. Para Marconi e Lakatos (2003), pesquisas quantitativas “consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos [...]”.

Ao formular perguntas claras e específicas, garantimos a coleta de dados relevantes e significativos para o estudo. O questionário aplicado por meio do Microsoft Forms obteve uma amostra de, pelo menos, 105 respostas. É importante ressaltar que todas as entrevistas foram conduzidas com base em princípios éticos, incluindo a confidencialidade e o consentimento dos participantes, divulgados nas redes sociais entre 05 de maio de 2023 a 03 de junho de 2023.

A Tabela 1 apresenta a série de perguntas utilizadas e o embasamento para cada uma delas, considerando nosso objetivo de estudo:

Tabela 1: QUESTIONÁRIO

Questões	Fontes
1. Em qual das faixas etárias abaixo você se enquadra?	Castellanos, T. (2023)
2. Com qual gênero você se identifica?	Castellanos, T. (2023)
3. Quantos indivíduos residem na sua casa, incluindo você?	Castellanos, T. (2023)
4. Qual a renda mensal somada da sua família (utilizar como base do salário-mínimo R\$1.300,00)?	Castellanos, T. (2023)
5. Você foi subsidiado por um dos programas governamentais abaixo?	CNN (2021)
6. Você optou por solicitar o Auxílio Brasil?	Máximo, W. (2021)
7. Em uma escala de 1 a 5, como o subsídio impactou na sua gestão financeira, sendo 1 não possibilitou que eu arcasse com minhas despesas e 5 consegui arcar com as despesas:	CNN (2023)
8. Qual desses fatores teve maior impacto em sua renda durante o período pandêmico ? • Alimentação • Saúde • Pagamento de contas	G1 (2020)
9. Em sua opinião, utilizando uma escala de 1 a 5, o Auxílio Brasil pode auxiliar a reduzir a pobreza e a desigualdade social?	Pozzebom, E. (2020)
10. Em sua opinião, utilizando uma escala de 1 a 5, o Auxílio Brasil cumpre com o seu papel de auxiliar a renda das famílias mais vulneráveis?	Portal da Transparência (2023)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

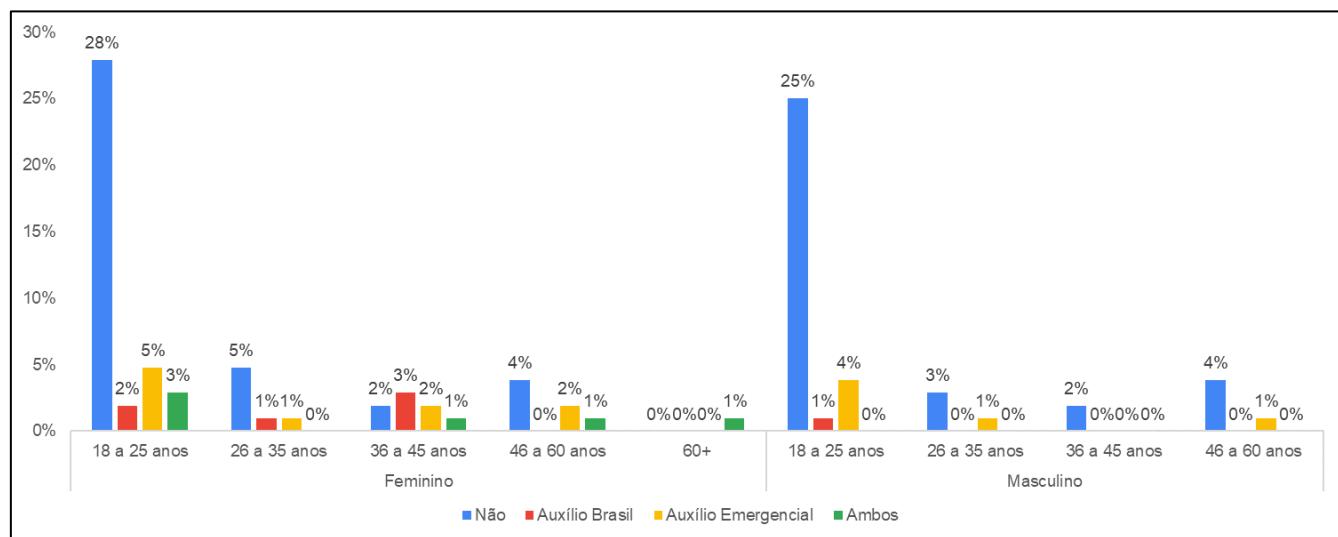
A triangulação de dados, combinando informações provenientes de diferentes fontes, será empregada para enriquecer a análise. Ao comparar os dados obtidos com a literatura existente, será possível identificar padrões, tendências ou discrepâncias, proporcionando uma compreensão mais profunda do tema.

6 Resultados e Discussões

A pesquisa obteve uma amostra de 105 respostas a partir de um questionário elaborado no Microsoft Forms, a ser analisado de forma dividida: pessoas as quais foram subsidiadas por algum dos programas governamentais mencionados e pessoas que não optaram pelo auxílio governamental.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 1, 72% dos que responderam ao questionário não foram subsidiados por algum dos auxílios, sendo 38% mulheres e 34% homens, principalmente, entre 18 e 25 anos. Entre os que foram subsidiados, 21% são mulheres e 7% são homens; no caso das mulheres, há uma variação nas faixas subsidadas, enquanto homens está concentrado no primeiro grupo.

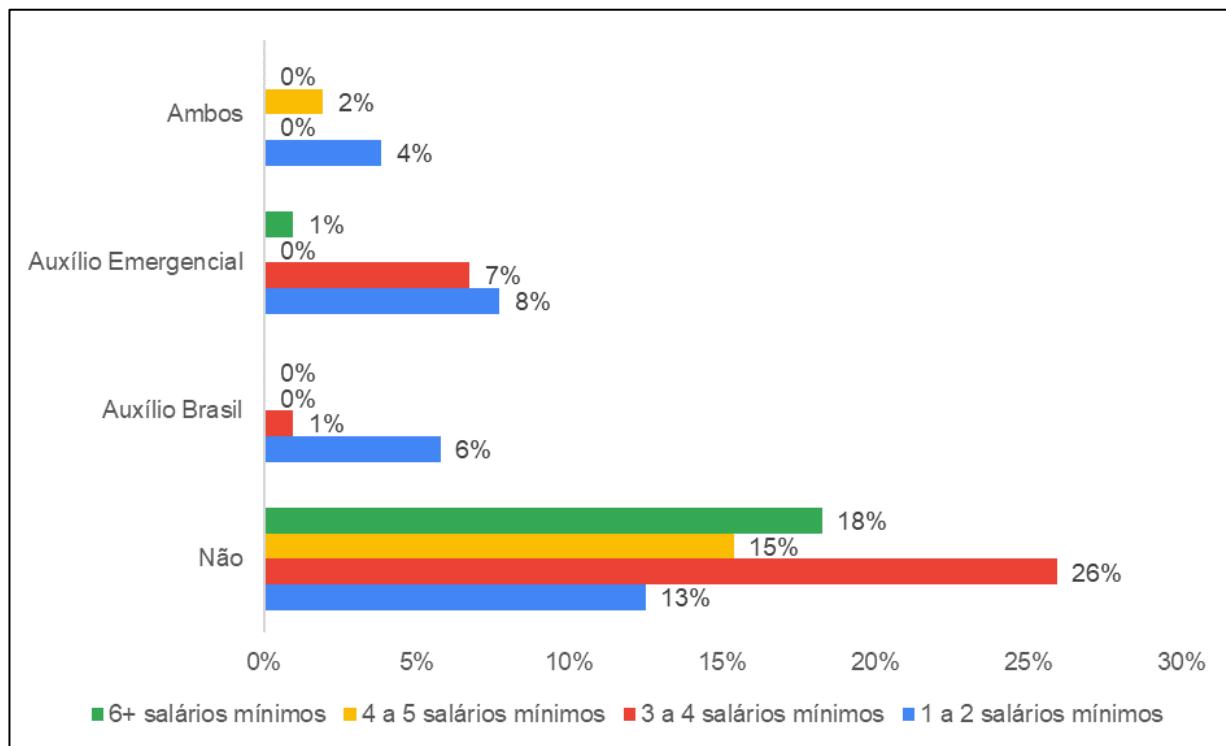
Gráfico 1 - Faixa etária e Gênero



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

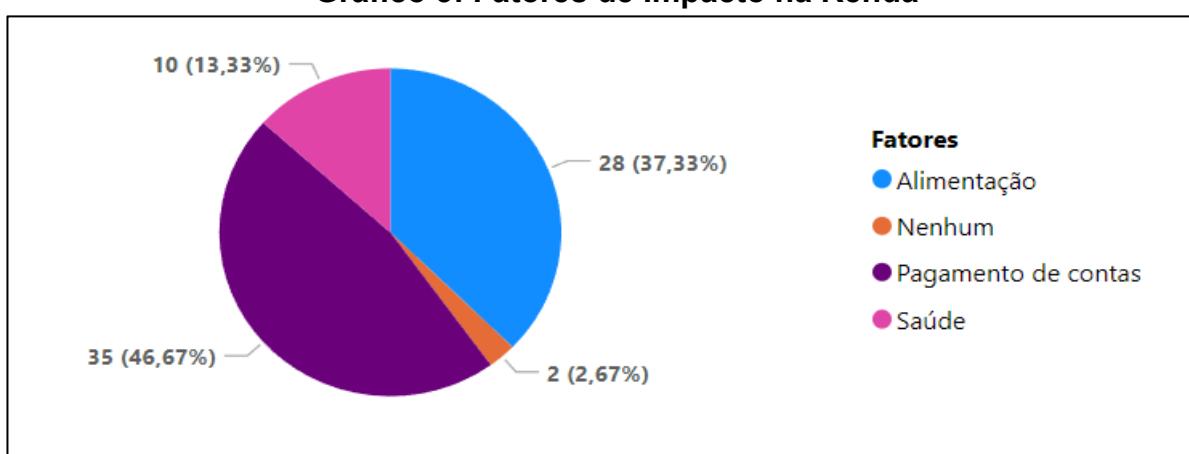
Conforme o definido nas políticas de liberação do auxílio pelo governo, para que uma pessoa pudesse solicitar o auxílio em 2020, sua renda mensal familiar não poderia exceder três salários mínimos. Considerando esse fato, percebe-se que 12% a 26% das pessoas poderiam, mas não escolheram nenhum dos auxílios concedidos pelo governo.

Gráfico 2: Renda Familiar



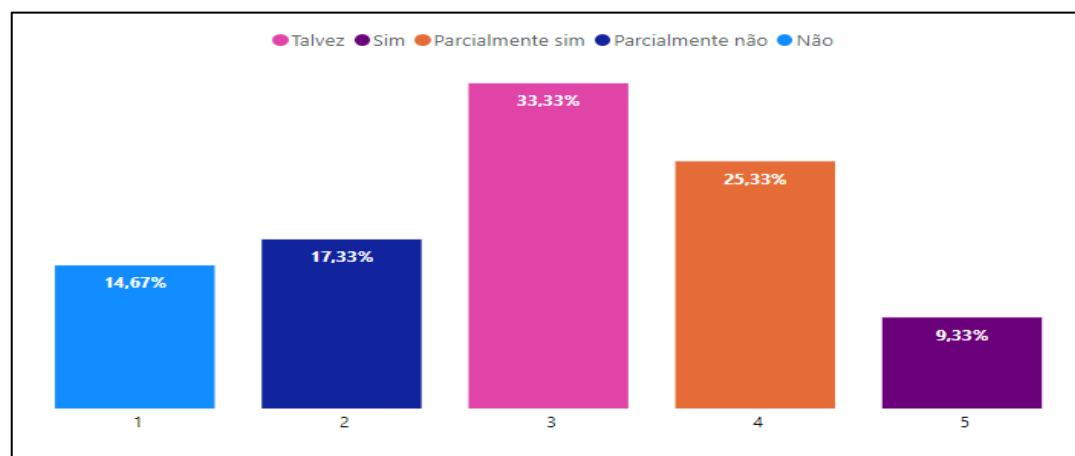
Ao serem questionados sobre os fatores que mais impactaram suas rendas durante o período pandêmico, 46,67% apontaram o pagamento de contas; 37,33%, a alimentação; 13,33%, a saúde e 2,67% como outros/nenhum dos mencionados.

Gráfico 3: Fatores de Impacto na Renda



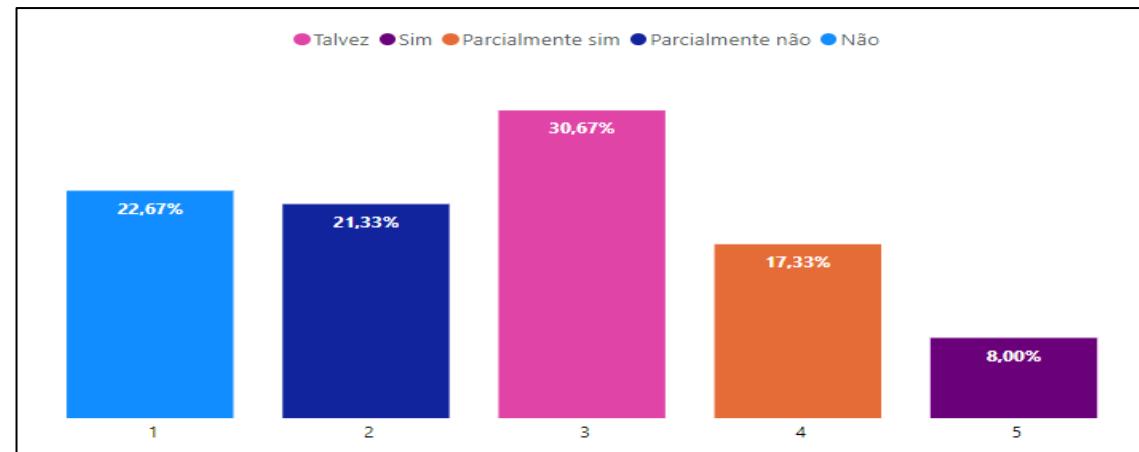
De acordo com as percepções dos entrevistados acerca do Auxílio Brasil, constata-se que 14,67% acreditam que o subsídio não cumpre com seu papel de auxiliar a renda das famílias mais vulneráveis, já 9,33% responderam que ele cumpre com sua proposta. Ao serem questionados quanto ao impacto do auxílio na redução da pobreza, 22,67% acreditam que o auxílio não impacta nessa situação, no entanto, 8% concordam com a questão.

Gráfico 4: Percepções sobre o Auxílio na Renda



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Gráfico 5: Percepções sobre a Redução da Pobreza

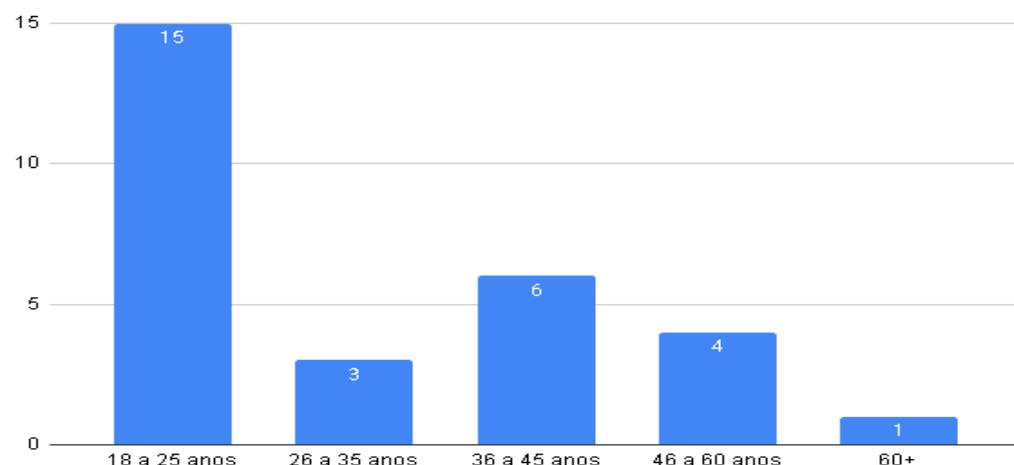


Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Com relação aos indivíduos que foram subsidiados, há uma amostra de 29 respostas, correspondente a 27,6%. Dentre esses, 51,72% tinham entre 18 e 25 anos;

e 20,69% entre 36 e 45 anos. Em sua maioria, o público feminino com 75,86%, conforme a Gráfico 7:

Gráfico 7: Faixa Etária dos Subsidiados

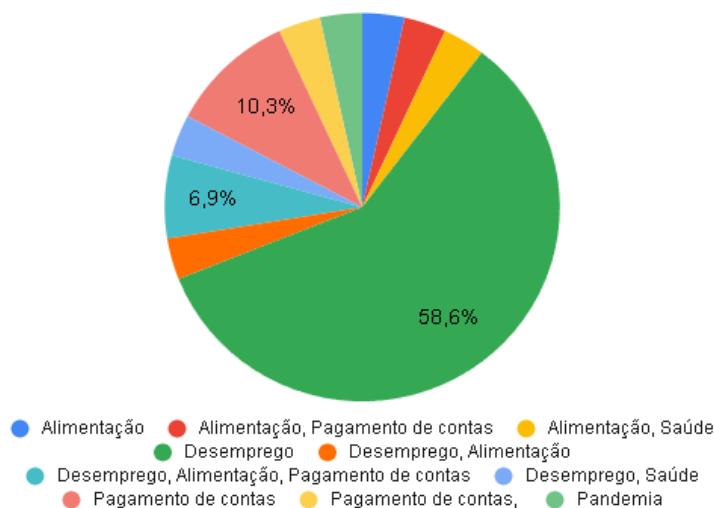


Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Com relação à renda desse público, destaca-se que 62,06% recebiam entre 1 e 2 salários-mínimos e 27,58% recebiam entre 3 e 4 salários. Além disso, 62,06% moram com 3 a 4 pessoas, sendo que apenas 37,93% dos casos apenas 1 indivíduo gerava renda ou no caso de 2 indivíduos, 44,82% geravam.

Ao serem questionados sobre o motivo da solicitação dos auxílios, 58,65% responderam que o motivo foi o desemprego, 10,3% para pagamentos de conta e o restante ficou pulverizado entre desemprego e alimentação.

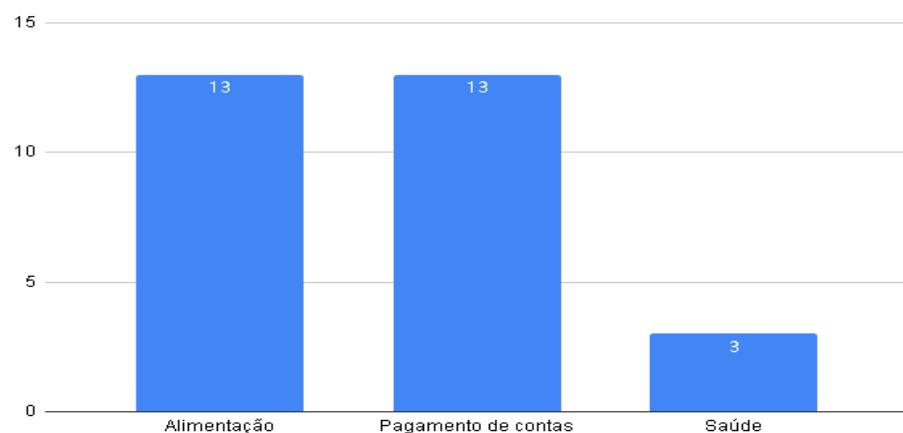
Gráfico 8: Motivos de Solicitação dos Auxílios



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Sobre o fator de maior impacto na renda, 79,31% foram representados por alimentação e pagamentos de conta. No geral, esses dados representam claramente os fatores financeiros que segundo o G1, tiveram impacto direto na economia brasileira.

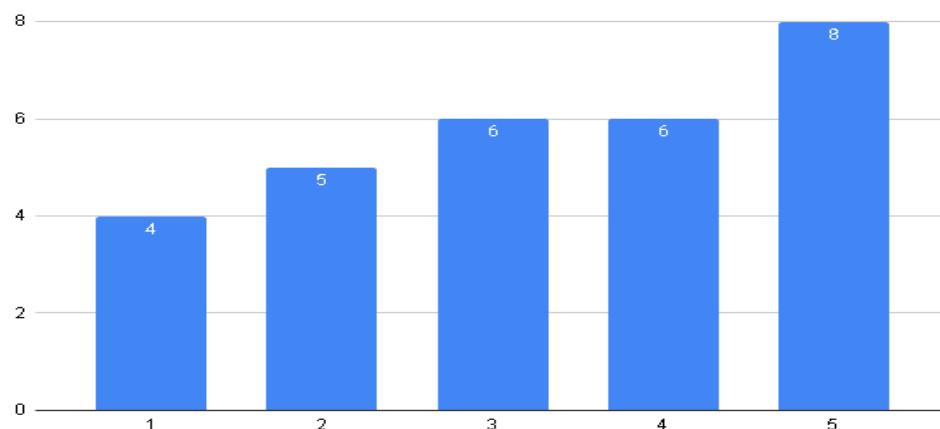
Gráfico 9: Fatores de Maior Impacto na Pandemia



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Um outro fator de pesquisa foi o impacto dos auxílios na redução da pobreza, houve uma variação geral das percepções, entretanto a maior se concentra em impactar totalmente nesse processo.

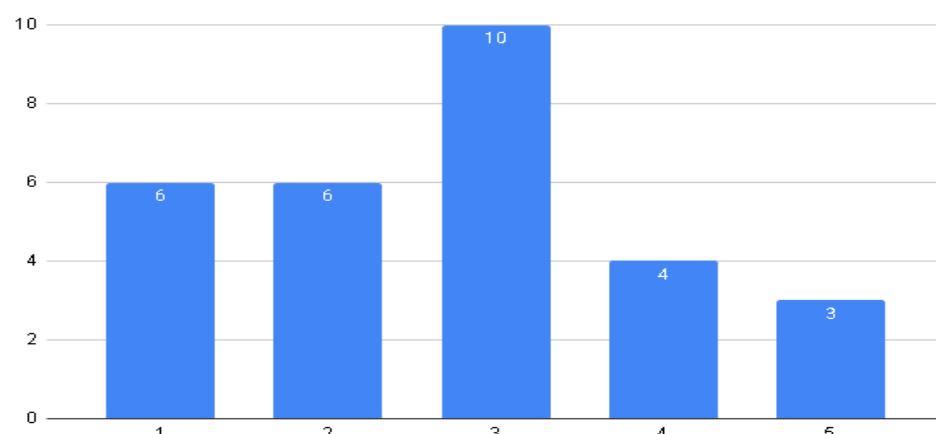
Gráfico 10: Impacto na Redução da Pobreza



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Sobre o impacto para arcar com as dívidas, houve uma maioria concentrada em impacto mediano na gestão financeira dos subsidiados, o que significa não representar o valor necessário.

Gráfico 11: Impacto no Pagamento das Dívidas



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

A análise dos dados coletados, apresenta uma posição coerente aos estudos divulgados pelas grandes emissoras, principalmente, no que diz respeito aos impactos diretos da pandemia. Com relação às percepções sobre a efetividade, embora a amostra seja de pouca representatividade, demonstra o resultado de uma satisfação mediana tanto para os que utilizaram e também para os que não utilizaram o programa. É possível inferir que isso refere-se ao valor recebido pelos indivíduos que responderam à pesquisa, como mencionado anteriormente, por Guilherme Melo, os impactos na redução da pobreza, variam conforme o valor, isso também se reflete nas percepções do público.

7 Considerações Finais

O propósito deste artigo foi buscar identificar a visão da população paulista sobre os auxílios citados no período pandêmico no estado de São Paulo. A partir do embasamento teórico, foi possível desenvolver um questionário para analisar a percepção das pessoas entrevistadas em relação aos auxílios governamentais, bem como, avaliar a situação econômica durante o período da pandemia. O público-alvo desta pesquisa apresentou respostas coerentes ao cenário com relação aos questionamentos.

Ao analisar as respostas, majoritariamente, o público mais atingido foi aquele com idades entre 18 e 25 anos, refletindo renda familiar entre 3 e 4 salários-mínimos. É possível analisar, pelas respostas dadas ao questionário, que grande parte das pessoas não foram subsidiadas pelos auxílios, gerando impactos em seus pagamentos de contas, conforme dados analisados neste estudo.

Notadamente, a maioria das pessoas que optaram pelo auxílio estavam enfrentando um dos grandes impactos da pandemia, o desemprego; o que acarretou insuficiência em obter alimentação básica, além de realizar pagamento de contas.

Por outro lado, percebe-se que, de acordo com os entrevistados, o valor disponibilizado não foi o suficiente para sanar 100% de suas necessidades, isso representou um impacto mediano nos pagamentos de contas necessárias para se manterem.

Também há uma posição clara dos entrevistados sobre o quanto os auxílios governamentais se configuraram como um suporte para suas famílias no período pandêmico e permanece nos dias atuais. Muito embora esse auxílio não atenda toda a camada populacional que deveria.

Vê-se a importância de uma análise governamental mais aprofundada para que se possa expandir o público-alvo dos auxílios e, possivelmente, considerar reajustes que acompanhem as necessidades e a realidade de cada família, já que há uma percepção de que os subsídios contribuem para a diminuição das desigualdades, mas que ainda não são suficientes para administrar as finanças.

Após a finalização desta pesquisa, foram observadas algumas limitações referentes à baixa amostragem de respostas provocada pelo curto intervalo destinado à conclusão do estudo. Além de não ser possível obter uma vasta gama de referenciais, considerando a recência do tema. Recomenda-se, portanto, que haja uma ampliação do período disponível para a obtenção de respostas do questionário e da divulgação, assim como uma ampliação de estudos sobre o tema abordado.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. Desemprego fica em 13,9% no trimestre terminado em dezembro, aponta IBGE. **Portal G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/desemprego-fica-em-139percent-no-trimestre-terminado-em-dezembro-aponta-ibge.ghhtml>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Auxílio Emergencial tem impacto positivo na vida de 126 milhões de brasileiros. **Portal Gov.br**, 06 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/08/auxilio-emergencial-tem-impacto-positivo-na-vida-de-126-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Auxílio Brasil:** perguntas frequentes. 2022. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/auxilio-brasil/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

CASTELLANOS, T. **Questões demográficas:** por que são importantes em pesquisas? Question Pro, 2023. Disponível em: <<https://www.questionpro.com/blog/pt-br/questoes-demograficas/>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CECOM. **Informações sobre a vacinação contra a COVID-19.** CECOM, 2023. Disponível em: <<https://www.cecom.unicamp.br/informacoes-vacinacao-contra-a-covid-19/#2>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CNN BRASIL. **Conheça o histórico dos programas sociais no Brasil.** CNN Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/conheca-o-historico-dos-programas-sociais-no-brasil/>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CNN BRASIL. **Taxa de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015, diz IBGE.** CNN Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/taxa-de-desemprego-cai-a-93-em-2022-menor-patamar-desde-2015-diz-ibge/>>. Acesso em: 05 maio 2023.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

FILHO, S. **Mínimo existencial:** um conceito dinâmico em prol da dignidade humana. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-dez-05/mp-debate-minimo-existencial-conceito-dinamico-prol-dignidade-humana/>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES. Mapa da vacinação contra a COVID-19 no Brasil. **Portal G1**, 2023. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES. Contas básicas voltam a ser um dos principais motivos de endividamento durante a pandemia, diz pesquisa. **Portal G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/14/contas-basicas-voltam-a-ser-um-dos-principais-motivos-de-endividamento-durante-a-pandemia-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES. **Retrospectiva 2019:** a economia brasileira em sete gráficos. Portal G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/17/retrospectiva-2019-a-economia-brasileira-em-sete-graficos.html>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Panorama de São Paulo.** IBGE, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

JOVEM PAN. Pesquisa sobre a situação financeira em São Paulo durante a pandemia. **Portal Jovem Pan Online – Rádio Panamericana S/A**, 2020. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/noticias/brasil/pandemia-situacao-financeira-sp-pesquisa.html>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

LAVINAS, LENA; VERSANO, RICARDO. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza.** Instituto de Pesquisa Aplicada, 1987. Disponível em:

<https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0534.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

MACHADO, RALPH. Tarifa represada na pandemia levou a reajustes de até 25% na conta de luz, dizem distribuidores em debate. Agência Câmara de Notícias, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/875225-tarifa-represada-na-pandemia-levou-a-reajustes-de-ate-25-na-conta-de-luz-dizem-distribuidores-em-debate/#:~:text=O%20represamento%20das%20tarifas%20em,de%2015%25%20a%2025%25>>. Acesso em: 03 jun. 2023

MARCONI, MARINA; LAKATOS, EVA MARIA. Fundamentos da metodologia científica. 5ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2003.

MÁXIMO, WELTON. Agência Brasil explica como vai funcionar o Auxílio Brasil. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/agencia-brasil-explica-como-vai-funcionar-o-auxilio-brasil#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Brasil%20usar%C3%A1%20os,Brasil%2C%20sem%20necessidade%20de%20recadastramento>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

MORAIS JR ADVOGADOS. O impacto da pandemia nas empresas paulistas e as consequências para a economia. Moraes Jr. Advogados, 2023. Disponível em: <<https://www.moraesjradv.com.br/blog/o-impacto-da-pandemia-nas-empresas-paulistas-e-as-consequencias-para-economia/>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

NOTÍCIAS R7. São Paulo lidera pela 1ª vez número de benefícios do Auxílio Brasil. Portal R7, nov. 2022. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/sao-paulo-lidera-pela-1-vez-numero-de-beneficios-do-auxilio-brasil-11122022>>. Acesso em: 26 mai 2023.

NUZZI, VITOR. Preços da cesta básica aumentam mais que a inflação em todo o país. Portal Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/06/precos-da-cesta-basica-aumentam-mais-que-a-inflacao-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

OLIVEIRA, RANIELLE. Tabela do salário mínimo. Portal Mobills by Toro, 2023. Disponível em: <<https://www.mobills.com.br/tabelas/salario-minimo/>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Benefícios ao cidadão. Portal da Transparência, 2023. Disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/beneficios-ao-cidadao/>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

POZZEBOM, ELINA RODRIGUES. Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia. Senado Notícias,

2020. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

SÃO PAULO. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coronavírus em São Paulo. **Seade Coronavírus**, 2023. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

ROUBICEK, MARCELO. Qual o impacto do novo auxílio para a população e a economia. **Jornal Nexo**, 2021. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/16/Qual-o-impacto-do-novo-aux%C3%ADlio-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o-e-a-economia>. Acesso em: 04 jun. 2023.

TOXICOLOGIA PARDINI. **Custo de vida durante a pandemia aumentou 59% para brasileiros**. Toxicologia Pardini Forense e Ocupacional, 2023. Disponível em:
<https://www.toxicologiapardini.com.br/custo-vida-durante-pandemia/>. Acesso em: 03 jun. 2023.